



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREGÃO
ELETRÔNICO
N.º 002/2026

Pregão Eletrônico nº 002/2026		www.gov.br/ compras	
Objeto			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS TEMPORÁRIAS DE USO DE SOFTWARES DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.			
Valor Estimado			
R\$ 41.014,05 (quarenta e um mil e quatorze reais e cinco centavos).			
Registro de Preço	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	CONTRATO	ITEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: Item 10 do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:	
Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Prova de Conceito?	Modo de disputa
SIM	NÃO	NÃO	ABERTO E FECHADO
Prazo para envio da proposta			
De 08/06/2026 (08h:30min) Até 22/06/2026 (15h:00min) *Horário de Brasília			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações			
E-mail: licitacao@camaracuiaba.mt.gov.br			



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

(Processo Administrativo n.º 2026.007.052)

1. PREÂMBULO

- 1.1. A Câmara Municipal de Cuiabá, situada na Rua Barão de Melgaço, S/N – Praça Pascoal Moreira Cabral – Centro Cuiabá, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo critério de julgamento é o **MENOR PREÇO – ITEM**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SLCC/CMC n.º 003/2024 – versão 1, a Lei Complementar n. 123/2006 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.
- 1.2. Todas as referências de horários previstas no edital são referentes ao de Brasília-DF.
- 1.3. O modo de disputa será o **aberto e fechado**;
- 1.4. O edital completo poderá ser obtido no site da Câmara Municipal de Cuiabá, www.camaracuiaba.gov.mt.br.
- 1.5. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitação@camaracuiaba.mt.gov.br na Coordenadoria de Licitação, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h30min às 14h30min (horário de Brasília).
- 1.6. O Recebimento das propostas será das 08h30min do dia 08/06/2026 às 15h00 do dia 22/06/2026.
- 1.7. Abertura das propostas ocorrerá às 15h00min do dia 22/06/2026.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 22 de junho de 2026

HORÁRIO: 15h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 931102

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças temporárias de uso de softwares, destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Cuiabá, pelo prazo de 12 (doze) meses.**
- 2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 2.3. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 2.4. **RECOMENDA-se** que o licitante analise detalhadamente este edital (e anexos) antes de formular sua proposta ou apresentar lance. A prática injustificada de atos ilegais, tais como não manter a proposta (ex.: desistência, solicitação de troca de marca) e deixar de enviar documentação exigida (ex.: documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações



cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a penalidades, apuradas em regular processo administrativo.

- 2.5. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 41.014,05 (quarenta e um mil e quatorze reais e cinco centavos)**.
- 3.2. A dotação orçamentária encontra-se acostada aos autos do processo administrativo nº 2026.007.052, havendo sua transcrição no Termo de Referência.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.gov.br/compras.
- 4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara Municipal de Cuiabá responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Licitação exclusiva ME e EPP

- 4.4. Atendendo ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, serão observadas nesta licitação as seguintes regras:
- 4.4.1. Para os **itens** do objeto licitado será a participação **COM EXCLUSIVIDADE** para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.5. Além da(s) garantia(s) de participação exclusiva prevista(s) no subitem **4.4** deste edital serão concedidos, no que couber, outros benefícios decorrentes do tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.



- 4.6. Na forma do artigo 49, II e III da LC 123/2006, não se aplicam os benefícios previstos no item 4.4.1:
- a) Quando não houver um mínimo de 03 (três) licitantes com propostas válidas enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Edital.
 - b) Quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Câmara Municipal de Cuiabá ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.
- 4.7. Constatada a inexistência mínima de três licitantes enquadradas como ME e/ou EPP e a desvantagem da exclusividade, o certame será estendido aos demais participantes.
- 4.8. A obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.9. **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:**
- 4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito,



financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- 4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. O procedimento será divulgado no site da Câmara Municipal de Cuiabá e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).
- 4.11. **Não poderão participar deste pregão os fornecedores:**
 - 4.11.1. que não atendam às condições deste Edital e de seu(s) anexo(s);
 - 4.11.2. a sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 4.11.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.11.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Cuiabá ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.11.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 4.11.4.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 4.11.5. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
 - 4.11.6. Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;
 - 4.11.6.1. O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
 - 4.11.7. Encontram-se sob falência ou concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - 4.11.7.1. no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;
 - 4.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução do contrato agente público pertencente aos quadros da Câmara Municipal de Cuiabá, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.



5. DA PROPOSTA

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.
- 5.1.1. O licitante deverá fazer constar em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto ofertado ou colocar a expressão **"de acordo com o edital"**.
- 5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 5.3. O licitante interessado poderá, se assim entender, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.
- 5.4. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.5. Não será admitida proposta cujos quantitativos não atendam aos valores máximos previstos neste Edital.
- 5.6. Não serão admitidos valores unitários e totais superiores aos orçados pela administração, ainda que a licitação seja se processada por lote.
- 5.7. A licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:
- 5.7.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
- 5.7.2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 5.7.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5.7.4. que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.7.5. Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste Pregão.
- 5.8. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:
- 5.8.1. Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- 5.8.2. No ano-calendário de realização deste Pregão, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.



- 5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.11. **A falsidade da declaração de que trata os itens 5.7, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**
- 5.12. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 5.13. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 5.14. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 5.15. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 5.16. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. valor unitário, valor total do item;
 - 6.1.2. Marca/Fabricante;
- 6.2. **A PROPOSTA A SER ANEXADA NO SISTEMA (arquivo .pdf)**, deverá conter, além das informações requeridas no subitem 6.1 deste edital, as indicadas abaixo:
 - 6.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo representante legal do licitante.
 - 6.2.2. **ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO OFERTADO**, observadas as exigências especificadas no Edital e seus Anexos.
 - 6.2.3. **PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL DE CADA ITEM DA PROPOSTA**, conforme **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS** constante no Anexo III deste Edital;
 - 6.2.4. **PRAZO DE ENTREGA**, conforme especificado no Termo de Referência;
 - 6.2.5. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**, de no mínimo 60 dias;
 - 6.2.6. conter indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 6.3. Caso o prazo de entrega e a validade da proposta não forem expressamente indicados na proposta realinhada encaminhada, será



considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados acima.

- 6.3.1.** Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, será facultada ao Pregoeiro a realização de diligências, e, não sendo ajustado o prazo pelo licitante, a proposta será desclassificada.
- 6.4.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 6.5.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.
- 6.6.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, eventuais ausências de informações, erros ou falhas, que não alterem a substância das propostas, dúvidas acerca da exequibilidade da proposta, bem como documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.7.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.9.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.10.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.11.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.12.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.13.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.14.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



- 6.14.1.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos, unitários e totais, estabelecidos para a presente contratação;
- 6.14.2.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 6.15.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 7.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá automaticamente na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.
- 7.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 8.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2.** A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.3.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.4.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 8.5.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.



- 8.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.8. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.9. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.
- 8.10. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **aberto e fechado**, conforme disposto no item 7.38.2 da IN SLCC/CMC n. 003/2024.

ABERTO E FECHADO

- 8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:



- 9.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 9.2.** Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n. 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br> se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- 9.3.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 9.5.** A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;
- 9.6.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 10. DA NEGOCIAÇÃO**
- 10.1.** Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.
- 10.2.** A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.
- 10.3.** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.
- 10.4.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 10.5.** Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 11.1.** A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo de Proposta de Preços, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras.
- 10.1.1** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.2.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.
- 11.3.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 11.4.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CMC ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 11.5.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 11.6.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.7.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado, ainda que a licitação seja processada por lote.
- 11.8.** Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá solicitar dos licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, conforme §2º do art. 59 da Lei n. 14.133/21, que deverão ser enviadas, no prazo estipulado, por meio de e-mail ou sistema, sob pena de desclassificação das propostas.
- 11.9.** Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que a proposta é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.
- 11.10.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, sempre intimando todos os participantes via sistema eletrônico.
- 11.11.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
- 11.12.** Será desclassificada a proposta que:
- 11.13.** Contiver vícios insanáveis;



- 11.14.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;
- 11.15.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 11.16.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;
- 11.16.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 11.17.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.
- 11.17.1.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 11.17.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 11.17.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.18.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;
- 11.19.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
- 11.20.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.
- 11.21.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 11.22.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 11.23.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.24.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de desclassificação.
- 11.24.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 11.25.** Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 11.26.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.27.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



- 11.28.** Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.28.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.29.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 11.30.** Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

- 12.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e a documentação está aderente às disposições deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 12.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 12.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 12.1.4.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 12.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 12.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 12.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



- 12.4.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 12.4.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.5.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 12.6.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 12.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, tanto unitário quanto total, mesmo que a contratação seja processada por lote.
- 12.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 12.8.1.** conter vícios insanáveis;
 - 12.8.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 12.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 12.8.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 12.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 12.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 12.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 12.9.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 12.9.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
 - 12.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 12.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele



elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 12.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 12.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 12.14.** Se a(s) proposta(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) proposta(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 13.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

- 13.2.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída por registro cadastral regularmente implementado pela Câmara Municipal de Cuiabá.

- 13.3.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

- 13.4.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, previstos no **subitem 12.1**:

- 13.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 13.6.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.7.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 13.8.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 13.9.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio dos documentos por ele fornecidos.
- 13.10.** É dever do interessado encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 13.11.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.12.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.13.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 13.14.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos do item 10 (forma e critérios de seleção do fornecedor, forma de fornecimento e exigências de habilitação) do termo de referência, anexo a este edital, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica;
- 13.15.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 13.16.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



- 13.17.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 13.17.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 13.18.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por servidor da Casa ou por meio eletrônico, desde que garantida a autenticidade do documento.
- 13.18.1.** Os documentos de habilitação poderão ser verificados pelo Sicaf.
- 13.19.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 13.20.** Será verificado se o licitante apresentou a declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 13.21.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 13.22.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução **não é** imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante fica desobrigado a atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 13.23.** Os documentos de habilitação serão inseridos no sistema utilizado pela Câmara Municipal de Cuiabá, para posterior verificação de conformidade com as prescrições do edital.
- 13.23.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 13.24.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 13.24.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 13.25.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 13.25.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **duas horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 13.25.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 13.26.** A verificação da documentação ou a exigência extra de documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 13.26.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 13.26.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 13.27.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.25.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, nos termos dos Acórdãos TCU n. 2.528/2021-Plenário e n. 988/2022-Plenário, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes para:
- 13.27.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 13.27.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 13.27.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 13.27.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 13.28.** Findo o prazo assinalado sem o envio da documentação solicitada, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 13.29.** Havendo o envio da documentação dentro do prazo estabelecido, mas verificando-se a necessidade de esclarecimentos adicionais ou ajustes, o Pregoeiro poderá:
- 13.29.1.** Conceder novo prazo para apresentação de documentos complementares ou esclarecimentos;
- 13.29.2.** Realizar diligências adicionais para sanar eventuais dúvidas ou inconsistências;



- 13.29.3.** Solicitar adequações nos documentos apresentados, quando permitido em lei.
- 13.30.** As diligências mencionadas no subitem anterior não constituem direito do licitante, ficando a critério da Administração sua concessão, observados os princípios da legalidade, impessoalidade e igualdade de tratamento.
- 13.31.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 13.32.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.33.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 13.34.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.35.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 13.36.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 13.37.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 13.38.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 13.39.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ARP ou o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021, para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



- 16.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gp.srv.br/transparencia_cuiabacm/servlet/licitacoes_v2?1.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 17.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 17.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 17.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 17.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 17.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 17.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 17.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 17.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 17.1.5.** fraudar a licitação;
 - 17.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 17.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 17.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
 - 17.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 17.2.1.** advertência;



- 17.2.2.** multa;
- 17.2.3.** impedimento de licitar e contratar;
- 17.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 17.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 17.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 17.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 17.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 17.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 17.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
 - 17.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021 (no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos).
- 17.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação



assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

- 17.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 18.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@camaracuiaba.mt.gov.br.
- 18.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



- 18.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 19.1.** As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital, com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.
- 19.2.** Para efeitos legais, a Câmara Municipal de Cuiabá – CMC, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes;
- 19.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos termos declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;
- 19.4.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da Câmara Municipal de Cuiabá, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;
- 19.5.** A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade da Câmara Municipal de Cuiabá, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item;
- 19.6.** A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:
- 19.6.1.** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;



- 19.6.2.** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- 19.6.3.** Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, desde que anonimizados os dados;
- 19.7.** A Contratada cooperará com a Câmara Municipal de Cuiabá no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral;
- 19.8.** O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pela Câmara Municipal de Cuiabá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;
- 19.9.** Os casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável da Câmara Municipal de Cuiabá para que esta decida previamente sobre a questão;
- 19.10.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.
- 19.11.** A licitante deverá apresentar nos Documentos de Habilitação o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, conforme o Anexo II deste Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.3.** Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 20.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não



comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 20.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gp.srv.br/transparencia_cuiabacm/servlet/licitacoes_v2?1.
- 20.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
 - 20.12.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 20.12.2.** ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;
 - 20.12.3.** ANEXO III – Carta de Credenciamento;
 - 20.12.4.** ANEXO IV – Termo de Confidencialidade;
 - 20.12.5.** ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

CUIABÁ, 03 de junho de 2026.

JUNIO WILLIAN ALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro



ANEXO I - Termo de Referência

INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA			
1. Órgão: Câmara Municipal de Cuiabá		2. Termo de Referência/Projeto Básico TR N.º 07/2026 – Licença de uso de software	
3. Número da Unidade Orçamentária: 001		4. Descrição de Categoria de Investimento: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	

FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1. Comunicação Interna n.º 30/2025 SECOM, C.I 02/2026 da Secretaria de Tecnologia, C.I n.º 06 da Diretoria de Cerimonial, C.I N.º 003/2026 da Coordenadoria de Núcleo de Registro dos Debates Legislativos juntamente com os demais softwares apresentados juntamente com o ETP N.º 01/2026 pela Secretaria de Tecnologia.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças temporárias de uso de softwares, destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Cuiabá, pelo prazo de 12 (doze) meses

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

4.1. MODALIDADE: **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO É O MENOR PREÇO POR ITEM.**

4.2. O critério de julgamento de licitação é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação e bens.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES

5.1. A forma de fornecimento do objeto deste Termo de Referência deverá ser a de entrega única.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	Código Catálogo/TCE-MT
------	-----------	------------	---------	----------------	-------------	------------------------



1	Licença temporária de uso do software CANVA PRO, ou equivalente, por 12 meses.	02	Licença	R\$ 580,00	R\$ 1.160,00	00059469
2	Licença temporária de uso do software CAPCUT PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licença	R\$ 528,41	R\$ 528,41	00085296
3	Licença temporária da plataforma digital FLICKR PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licença	R\$ 710,50	R\$ 710,50	00085295
4	Licença temporária da plataforma digital AI DRIVE BUSSINES, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licença	R\$ 18.498,50	R\$ 18.498,50	00087749
5	Licença temporária de uso do software ZOOMMEETING PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licença	R\$ 1.840,00	R\$ 1.840,00	000892376
6	Aquisição de licenças online MICROSOFT 365 BUSINESS PREMIUM, ou equivalente, por 12 meses.	8	Licença	R\$ 2.284,58	R\$ 18.276,64	00066337
VALOR TOTAL					R\$ 41.014,05	
						() Igual () Similar (x) Semelhante

*Relação dos códigos descritos no Catálogo de Materiais e Serviços – TCE, em atendimento a Resolução Normativa nº 03/2017, disponível no site www.pug.tce.mt.gov.br/itens-padronizados.

5.2. Em caso de divergência nas especificações dos serviços contidas no CATMAT, no Compras.gov.br e/ou no Código Radar TCE-MT, e neste Termo de Referência, prevalecerão as informações contidas neste Termo de Referência.

5.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5.4. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, dada a existência de padrões de mercado que permitem a fixação de critérios de qualidade e de desempenho observado o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 41.014,05 (quarenta e um mil e quatorze reais e cinco centavos)** conforme custos unitários apostos no estudo técnico preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6.2. A solução de TIC consiste na aquisição de licença de softwares temporárias.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Última versão dos softwares disponibilizado com as devidas atualizações.

7.2. Assinatura por 12 meses para todas as licenças da presente licitação.

7.3. Suporte técnico durante todo o período da assinatura dos softwares temporários.

7.4. O idioma dos softwares deverá ser o Português Brasileiro (PTBR) e devem ser compatíveis com o Windows 10 e 11 de 64 bits.

7.5. Ter acesso a versões atualizadas dos softwares durante o período de vigência da contratação;

7.6. Fornecer acesso legalizado para download, instalação e uso de atualizações e novas versões que forem lançadas;

7.7. A contratada deverá fornecer suporte para o acesso do software via navegador, instalação dos aplicativos para desktop e celulares, tirando todas as dúvidas que surgirem por parte do usuário referente ao acesso do software.

7.8. O fornecedor deverá fornecer suporte técnico para esclarecimentos sobre acesso, ativação e eventuais dificuldades na utilização das licenças, por meio de atendimento online ou e-mail, com tempo de resposta máximo de 1 (um) dia útil.

7.9. A Contratada Não poderá utilizar indevidamente os dados da contratante fora do escopo do projeto, devendo ser observada a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018.

7.10. O acesso para instalação, manutenção, configuração e desinstalação da aplicação relacionada à licença adquirida só deve ser permitido com uso de login e senha, no mínimo;

7.11. A solução deve garantir que não haja risco de perda da integridade dos dados virtualizados.



7.12. A contratada deverá utilizar, durante toda a execução do contrato, somente licenças oficiais, originais, válidas e devidamente legalizadas para todos os softwares, plataformas e serviços digitais necessários ao cumprimento do objeto.

7.13. É expressamente vedado o uso de licenças irregulares, temporárias não autorizadas, obtidas por meios ilícitos, ou que violem os termos de uso dos respectivos fabricantes/provedores.

7.14. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a documentação comprobatória da legitimidade, legalidade e validade das licenças, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.15. O fornecedor deverá disponibilizar as licenças por meio de login e senha exclusiva para o usuário designado pela Câmara Municipal de Cuiabá, garantindo acesso a todas as funcionalidades do software, conforme especificado neste Termo de Referência.

7.16. Manutenção das atuais contas de usuário *Flickr Pro* do setor demandante, assegurando a continuidade de acesso a todo o conteúdo, configurações e demais personalizações realizadas nessa plataforma.

7.17. A entrega das licenças deverá ocorrer de forma eletrônica, mediante o envio das credenciais de acesso ao site dos softwares/Plataformas para o e-mail institucional da Câmara Municipal de Cuiabá.

7.18. Caso o software exija um código de ativação, este também deverá ser enviado dentro do prazo estipulado.

7.19. A contratada deverá garantir que as licenças estejam ativas e operacionais desde o primeiro dia da disponibilização, sem restrições de uso e com todas as funcionalidades previstas nas versões dos planos contratados.

7.20. Caso a licença fornecida apresente restrições ou incompatibilidades que impeçam o uso regular do software, o fornecedor será notificado e deverá corrigir o problema no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

7.21. As atualizações e melhorias dos softwares disponibilizadas pelos fabricantes durante a vigência da contratação deverão ser automaticamente incluídas sem qualquer custo adicional para a Câmara Municipal.

7.22. As licenças contratadas não poderão ser compartilhadas, transferidas ou utilizadas para fins distintos daqueles especificados neste Termo de Referência, devendo permanecer vinculadas ao usuário designado pela Câmara Municipal.



7.23. O fornecedor deverá garantir a continuidade do acesso ao software durante todo o período de vigência da contratação, sem interrupções indevidas, salvo por razões justificadas pelo fabricante do software.

7.24. A entrega das licenças deverá ser acompanhada da nota fiscal contendo a descrição, quantidade e valores referente a prestação do serviço.

7.25. O fornecedor deverá arcar com todos os custos que se façam necessários para a disponibilização e entregas das licenças.

7.26. O prazo de vigência das licenças será de 12 (doze) meses e terá início na data de entrega/execução do serviço, após assinatura do contrato.

7.27. Na hipótese de rescisão do contrato e, conseqüentemente a interrupção do serviço prestado, a contratada deverá ressarcir os valores proporcionais ao restante da vigência das licenças, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades pela Câmara Municipal

7.28. **REQUISITOS ESPECÍFICOS**

7.29. **CANVA PRO**

7.30. Criação de diversas artes gráficas a partir de templates prontos;

7.31. Acesso para pelo menos 1 (um) usuário por licença;

7.32. Modelos premium (inclusive premium), conforme plano Pro do fabricante;

7.33. Ferramentas premium para otimização do trabalho (ex.: redimensionar, traduzir e remover fundo);

7.34. Acesso a biblioteca de recursos premium (fotos, vídeos, elementos gráficos e áudios), conforme disponibilização do fabricante;

7.35. Possibilidade de utilização de kits de marca para padronização e gestão da identidade visual, conforme plano Pro;

7.36. Recursos de IA integrados para apoio a design, imagens e conteúdos, conforme plano Pro;

7.37. Armazenamento em nuvem de, no mínimo, 100 GB, ou equivalente ao previsto no plano Pro do fabricante.

7.38. Todos os recursos contidos no plano Pro, conforme consta no site do fabricante.

7.39. **CAPCUT PRO:**

7.40. Edição de vídeo online/offline;

7.41. Exportação em múltiplos formatos de alta qualidade;

7.42. Versão desktop/web e mobile;



- 7.43. Qualidade e exportação em alta resolução; exportação de vídeos em 4K (Ultra HD); alta taxa de quadros com suporte para exportação a 60 quadros por segundo (fps); com remoção completa da marca d'água do CapCut em todas as exportações;
- 7.44. Suporte a HDR: exportação com maior alcance dinâmico de cores;
- 7.45. Acesso ilimitado a recursos premium com desbloqueio de toda a biblioteca Pro, incluindo filtros e efeitos visuais exclusivos;
- 7.46. Transições premium;
- 7.47. Faixas de música e sons Pro;
- 7.48. Modelos, textos e adesivos especiais;
- 7.49. Aprimoramento de vídeo/imagem com ferramenta para aumentar a qualidade e resolução de mídias de baixa resolução (Upscaling);
- 7.50. Função avançada para remover ou substituir o fundo de um vídeo ou imagem com mais precisão;
- 7.51. Legendas automáticas avançadas, com opções para legendas em múltiplos idiomas ou bilíngues;
- 7.52. Rastreamento de movimento (Motion Tracking): ferramentas aprimoradas para rastrear e anexar elementos a objetos em movimento;
- 7.53. Ferramentas avançadas para limpar o áudio, removendo ruídos de fundo indesejados; Isolamento vocal com capacidade de separar a voz da trilha sonora/música;
- 7.54. Aprimoramento da voz com otimização automática da qualidade do áudio de voz;
- 7.55. Armazenamento em Nuvem com espaço expandido para salvar projetos e mídias; Sincronização multiplataforma com continuidade de projetos entre dispositivos (mobile, PC/Mac e web);
- 7.56. Recursos colaborativos com ferramentas para equipes e compartilhamento de projetos;
- 7.57. Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado.
- 7.58. **FLICKR PRO:**
- 7.59. Plataforma de armazenamento de imagens e vídeos em nuvem;
- 7.60. Capacidade de armazenamento (upload) ilimitado;
- 7.61. A solução deverá garantir a exibição de conteúdo sem anúncios;
- 7.62. Deverá oferecer suporte técnico com atendimento prioritário;
- 7.63. Controle total sobre as configurações de privacidade de todas as fotos;



- 7.64. Opções de exibição de fotos em resolução, incluindo até 6K;
- 7.65. Uploads de vídeos de 10 minutos;
- 7.66. Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado.
- 7.67. **ZOOM PRO:**
- 7.68. Capacidade de até 100 (cem) participantes por reunião;
- 7.69. Suporte técnico por Tíquete e chat ao vivo
- 7.70. Reuniões ilimitadas;
- 7.71. Reuniões com até 30 horas de duração;
- 7.72. Gravação local e em nuvem (10GB por licença);
- 7.73. Compartilhamento de tela;
- 7.74. Salas simultâneas, que permitem dividir uma reunião Zoom em até 50 sessões separadas para discussão, projetos e muito mais;
- 7.75. Plano de fundo virtual;
- 7.76. ID pessoal de reunião;
- 7.77. Chat de mensagens e compartilhamento de arquivos;
- 7.78. Controles do anfitrião;
- 7.79. Coanotação em compartilhamento de tela;
- 7.80. Controle remoto por teclado/mouse;
- 7.81. Compartilhamento múltiplo;
- 7.82. Criptografia ponta a ponta das reuniões;
- 7.83. Filtros;
- 7.84. Enquete;
- 7.85. Anfitrião alternativo e coanfitrião;
- 7.86. Atribuir agendador de reunião;
- 7.87. API REST;
- 7.88. Transmissões ao vivo no Facebook, Youtube ou em um serviço de terceiros;
- 7.89. Relatórios;
- 7.90. Gerenciamento de usuários, permitindo adicionar, excluir e atribuir funções e recursos complementares;
- 7.91. Legendas automáticas na língua inglesa;
- 7.92. Transcrições de gravação na nuvem na língua inglesa;
- 7.93. Interpretação de idiomas.
- 7.94. Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado.



7.95. AI DRIVE BUSINESS

7.96. 01 (uma) assinatura anual do plano AI Drive Business, com 300.000 (trezentos mil) créditos mensais e acesso a recursos Premium de inteligência artificial, conforme especificações vigentes do fabricante;

7.97. Acesso a recursos Premium de IA para apoio à produtividade, contemplando, no mínimo:

7.98. Geração e/ou edição de conteúdos assistidos por IA, conforme recursos do plano;

7.99. Automação de tarefas e assistentes inteligentes integrados à plataforma, quando disponibilizados;

7.100. Ferramentas avançadas com suporte de IA para produtividade e gestão de arquivos (por exemplo: organização, busca inteligente e categorização), quando disponíveis no plano;

7.101. Ambiente corporativo (Business) com gestão de conta/assinatura e administração de uso.

7.102. Funcionalidades avançadas de tratamento e análise de documentos, quando disponíveis no plano contratado, incluindo:

7.103. Extração de dados em escala, como nomes, datas e termos-chave de grandes volumes de documentos, com exportação para formatos como planilhas;

7.104. Manipulação de PDFs, incluindo mesclar, dividir, redigir (tarjar) e/ou adicionar marcas d'água em lotes de documentos;

7.105. Pesquisa unificada em múltiplos arquivos, permitindo localizar cláusulas específicas ou referências em conjuntos extensos de documentos;

7.106. Criação de entregáveis e documentos de apoio, como cronogramas, relatórios comparativos e memorandos de resumo.

7.107. O uso da solução será controlado por meio de créditos mensais, independentemente do número de usuários, observadas as regras do plano contratado.

7.108. Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado.

7.109. MICROSOFT OFFICE 365 BUSINESS:

7.110. Permitir instalação e uso em ambiente institucional, compatível com as atividades administrativas e legislativas do órgão;



- 7.111. Permitir a instalação e o uso em até 5 (cinco) dispositivos por usuário licenciado, conforme política vigente do fabricante, incluindo computadores e/ou dispositivos móveis (ex.: PC/Mac, tablet e smartphone);
- 7.112. Incluir, no mínimo, os aplicativos Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote (aplicativos de desktop e/ou mobile, conforme plano/licença do fabricante);
- 7.113. Permitir ativação oficial e legítima, com licenças/atribuições válidas e reconhecidas pelo fabricante, sem uso de mecanismos não autorizados;
- 7.114. Possibilitar a criação, edição e abertura de arquivos nos formatos padrão do mercado (ex.: DOCX, XLSX, PPTX), garantindo interoperabilidade com documentos já existentes no órgão;
- 7.115. Não exigir pagamentos mensais, devendo ser contratado com cobrança anual (12 meses), conforme solicitado;
- 7.116. Assegurar que as licenças sejam originais, novas e sem uso anterior, associadas ao domínio/conta corporativa (institucional) do órgão, sem vínculo com contas pessoais;
- 7.117. Permitir atualizações, correções e patches de segurança disponibilizados pelo fabricante durante todo o período de vigência da assinatura, sem custos adicionais além do valor contratado;
- 7.118. Atender às boas práticas de segurança da informação, preservando a integridade e a confidencialidade dos dados produzidos pelo órgão, incluindo mecanismos de autenticação e administração previstos no licenciamento;
- 7.119. Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado.

Subcontratação

- 7.120. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 7.121. Não haverá exigência da garantia da contratação.

Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 7.122. Ressalta-se que a indicação da marca encontra respaldo legal no Art. 41 da Lei 14.133/2021, I, alínea 'c', em razão das mesmas serem as únicas capazes de atender a todas as necessidades requeridas pelas unidades Demandantes, conforme fundamentação e levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 7.123. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, uma vez que é de responsabilidade da Câmara Municipal de Cuiabá



dispor do computador em perfeitas condições de receber o software nas configurações exigidas pelo desenvolvedor.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

7.124. O suporte técnico do software contratado coincidirá com a sua vigência, tendo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de execução do serviço.

7.125. Os Serviços de atualizações e suporte técnico devem corresponder ao padrão de atendimento de cada solução, devendo no mínimo corresponder à 8x5 horas por dia, durante 5 (cinco) dias por semana.

7.126. O prazo de garantia da licença será contado a partir do início da prestação do serviço, devendo o prazo de garantia ser de, no mínimo, durante todo o período de vigência do objeto

7.127. O contratado deverá fornecer a licença em perfeitas condições de uso e de acesso.

7.128. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso e de acesso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

7.129. A garantia abrange a realização da manutenção pelo próprio contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.130. A empresa contratada deverá fornecer suporte técnico para ativação das licenças adquiridas, bem como para o atendimento de chamados técnicos para resolução de problemas relacionados ao funcionamento das licenças durante o período de vigência do contrato.

7.131. Se a licença apresentar vício ou defeito de acesso no período de vigência da garantia deverá ser substituída por outra nova, sem ônus ao contratante.

7.132. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da licença, que apresentar vício ou defeito, contados a partir da data de retirada do Software das dependências da Câmara Municipal de Cuiabá pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.133. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação pelo setor demandante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica a Câmara Municipal de Cuiabá autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição da licença, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



7.134. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, substituição e manutenção da licença, no caso de apresentar(em) imperfeição(ões) em seu uso, correrão por conta do contratado, não cabendo à Câmara Municipal de Cuiabá quaisquer ônus.

7.135. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Mecanismos formais de comunicação

7.136. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

7.137. Ordem de Fornecimento de Serviços;

7.138. Ofício;

7.139. E-mails;

7.140. Aplicativos de mensagens instantâneas, desde que utilizados como meio de contatos oficiais por ambas as partes.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. As licenças dos softwares deverão ser ativadas em favor da Câmara Municipal de Cuiabá - Rua Barão de Melgaço, S/N, Centro, Cuiabá Mato Grosso, Brasil, CEP 78020-010, por meio das orientações apresentadas pelo setor demandante ou fiscal de contrato, através de ordem de fornecimento de serviço e após assinatura do contrato.

8.2. O prazo de prestação dos serviços (fornecimento e ativação das licenças) é de **05 (cinco) dias úteis**, do recebimento da ordem de fornecimento, conforme a demanda da Câmara Municipal de Cuiabá, em remessa única, prorrogável por igual período, mediante justificativa aceita pela Contratante.

8.3. O descumprimento do prazo de entrega sujeita a empresa contratada à multa diária na forma deste Termo de Referência.

8.4. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, FORMA DE FORNECIMENTO



9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2. **Forma de fornecimento.**

9.3. O fornecimento do objeto será **entrega única**, conforme solicitação da Câmara Municipal de Cuiabá.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio dos documentos por ele fornecidos.

10.9. É dever do interessado encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



10.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

10.14. **Habilitação jurídica**

10.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro



Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.23. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

10.24. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

10.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.26. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.27. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.30. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.31. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



10.32. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.33. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

10.34. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.35. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.36. Qualificação Técnica

10.37. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.39. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Qualificação Econômico-Financeira

10.40. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

11. DO PRAZO, LOCAL, HORÁRIO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1. A empresa participante do procedimento que se sagrar vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital, deste Termo de Referência e da proposta de preços apresentada.



11.2. O prazo para entrega dos produtos será de **5 dias úteis**, contados da ordem de fornecimento.

11.3. A entrega dos produtos deverá ser realizada de em **remessa única**.

11.4. Os produtos deverão ser entregues, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando o Contrato, Termo de Referência, as disposições da Lei 14.133 de 2021 e a ordem de fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Cuiabá.

11.5. As licenças deverão ser entregues sob acompanhamento da Secretaria de Tecnologia e do servidor nomeado Fiscal do Contrato.

11.6. O objeto deste termo de referência será recebido e avaliado com o escopo de verificar sua conformidade quanto à quantidade, qualidade e especificações descritas e nos termos do artigo 140 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, da seguinte forma:

11.7. **Provisoriamente** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.8. **Definitivamente**, após a verificação da qualidade, quantidade e funcionamento dos produtos/serviços e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório.

11.9. O aceite/aprovação do(s) produto(s) não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **CONTRATANTE** as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90;

11.10. Caso o objeto entregue seja considerado insatisfatório após as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal desta Administração;

11.11. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, a contratada incorrerá em atraso na entrega, e se sujeitará à aplicação de penalidades;

11.12. Os custos de substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em **PARCELA ÚNICA**, conforme justificativa apresentada no item 09 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



12.2. O pagamento em parcela única ocorrerá de forma antecipada, condicionado à **prévia disponibilização, ativação e pleno funcionamento das licenças de software contratadas**, em favor da Contratante.

12.3. Para fins de liberação do pagamento, a Contratada deverá comprovar:

12.4. I – A efetiva disponibilização das licenças, com respectivos códigos, chaves de ativação ou vinculação ao ambiente da Contratante que forem necessários;

12.5. II – O acesso regular e integral às funcionalidades contratadas;

12.6. IV – A inexistência de restrições que impeçam o uso imediato do software.

12.7. A Contratante realizará a verificação técnica quanto à ativação e funcionamento das licenças, lavrando termo de recebimento provisório ou definitivo, conforme o caso.

12.8. O pagamento antecipado não exime a Contratada de suas obrigações contratuais, inclusive quanto à garantia, suporte técnico e manutenção das condições de uso durante toda a vigência contratual.

12.9. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada ficará obrigada à restituição dos valores pagos antecipadamente, devidamente atualizados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.10. Prazo de pagamento

12.11. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente conferida e atestada pelo secretário (a) da pasta e fiscal designado para contratação, contendo a modalidade e o n. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;

12.12. Forma de pagamento

12.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

12.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos



e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

12.18. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

12.19. I – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.20. II – Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor prevista no art. 1º, alínea “a” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2.006;

12.21. III – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do fornecedor;

12.22. IV – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) prevista no art. 1º, alínea “c” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2.006;

12.23. V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

12.24. A Câmara Municipal de Cuiabá não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de **factoring**.

12.25. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, na forma estabelecida nos Subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos *INCONTINENTI*, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo;

13.3. As comunicações entre a Câmara Municipal de Cuiabá e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

13.4. A Câmara Municipal de Cuiabá poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal de Cuiabá poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. Fiscalização

13.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.8. Gestor do Contrato

13.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

13.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

13.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

13.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo



contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

13.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

13.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

13.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

14. DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A prorrogação de que trata o item 14.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

14.3. O contrato ficará adstrito aos créditos orçamentários, exceto quanto aqueles cujo prazo de vigência ultrapasse mais de um exercício financeiro, devendo a respectiva nota de empenho ser inscrita em restos a pagar, caso ainda haja saldo e obrigações a serem cumpridas pelo contratado.

14.4. Em caso de impedimento ou suspensão do contrato, o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

14. DO CONTROLE E REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. **Reajuste do Contrato.**

14.2. Durante a vigência do Contrato, os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas no processo licitatório;



14.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. Quando da solicitação de reajuste de preços, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) as novas normas coletivas das categorias profissionais abrangidas;
- d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) a disponibilidade orçamentária da Câmara.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



15.2. Indicar um canal de abertura de chamados (endereço de e mail, site específico, telefone, contato), em caso de necessidade de suporte ou esclarecimento, visando a boa execução do objeto.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;



15.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

15.18. O contratado deve arcar com os custos de armazenamento e transporte dos produtos até a sua entrega na sede da Câmara Municipal de Cuiabá.

15.19. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

15.20. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

15.21. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

15.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



- 15.23. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos.
- 15.24. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- 15.25. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Cuiabá, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a esta Casa de Leis, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- 15.26. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.
- 15.27. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe à contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta LICITAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas
- 15.28. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Câmara Municipal de Cuiabá, no tocante à entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes no edital e neste Termo de Referência, deste processo licitatório.
- 15.29. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Câmara Municipal de Cuiabá de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 15.30. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e em outras informações julgadas necessárias para recebimento de correspondência.
- 15.31. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.
- 15.32. São expressamente vedadas à contratada:
- 15.33. A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Cuiabá;
- 15.34. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;



15.35. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento.

15.36. Deverá designar preposto para todo e qualquer acompanhamento e solicitação durante a execução contratual:

15.37. PREPOSTO – Funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto a Câmara Municipal de Cuiabá, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

15.38. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

15.39. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara Municipal de Cuiabá ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica corresponsabilidade da Câmara Municipal de Cuiabá ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1. Designar Fiscal de Contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação de serviço, conforme legislação vigente;

17.2. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;

17.3. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

17.4. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;



17.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;

17.6. Notificar, formal e tempestividade, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

17.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

17.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS SANÇÕES

18.1. Em caso de descumprimento das condições estabelecidas ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada, garantida prévia defesa, estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais relacionadas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - **advertência**;

II – **multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

III - **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, que será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



18.2. Multa moratória por atraso injustificado

18.3. As condições para aplicação da Multa moratória por dia de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, proporcional ao item em atraso são as seguintes (art. 162 da Lei 14.133/2021):

18.4. Atraso de até 20 dias, multa moratória diária de 1,0%.

18.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser suspenso, caso a CONTRATADA, tempestivamente, justifique de forma plausível o atraso, e o fiscal do contrato, em não havendo prejuízos ao CONTRATANTE, aceite prorrogar o prazo de entrega, não podendo ser superior a metade do que foi inicialmente contratado. Após decorrido esse prazo, se iniciará automaticamente a contagem da multa moratória.

18.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

18.7. Multa compensatória de até 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações elencadas neste instrumento.

18.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.10. as peculiaridades do caso concreto;

18.11. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.12. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.13. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.14. Situações agravantes

18.15. As sanções indicadas poderão ser majoradas em 50% para cada agravante, se ocorrer uma das situações a seguir:

18.16. **Reincidência:** Quando o licitante/Contratado já possuir registro de penalidade aplicada no âmbito da Câmara Municipal de Cuiabá pela prática de qualquer das condutas tipificadas nos neste Termo de referência, nos 12 meses anteriores ao fato punível.

18.17. **Notória impossibilidade de atendimento ao edital:** Quando comprovadamente o licitante desclassificado ou inabilitado não detinha condições de atender ao exigido em edital.

18.18. **Deliberado não atendimento de diligências:** Quando de forma deliberada (intencional) o licitante não atender ou responder solicitações relacionadas a



diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo licitatório.

18.19. **Declaração falsa de tratamento diferenciado:** Quando comprovadamente o licitante apresentar declaração falsa de que possui direito à tratamento diferenciado previsto em legislação específica.

18.20. Situações atenuantes

18.21. As penas previstas no subitem 18.1, quando decorrentes das infrações contidas no art. 155 da Lei 14.133/2021, incisos IV, V, VI, VII, poderão ser reduzidas em 50% (uma única vez), quando não houver nenhum dano à Administração, em decorrência dos seguintes atenuantes:

18.22. **Falha perdoável:** Quando a conduta praticada pelo licitante ou contratado for comprovadamente decorrente de falha escusável.

18.23. **Vícios alheios à conduta do particular:** Quando a conduta praticada for decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante/Contratado; ou que não sejam de fácil identificação, devidamente comprovado.

18.24. **Documentação equivocada que não atende ao edital, com ausência de dolo:** Quando a conduta praticada pelo licitante/Contratado decorrer da apresentação de documentação que não atende às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco no seu encaminhamento e não existir dolo na referida conduta.

18.25. A tabela abaixo é um detalhamento das infrações cometidas pelos licitantes e contratados dispostas no item 18.1 e a respectiva penalidade:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Dar causa à inexecução parcial do contrato (inciso I do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. (inciso II do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais grave).
Dar causa à inexecução total do contrato. (inciso III do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais



	grave).
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame. (inciso IV do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais grave).
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado. (inciso V do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais grave).
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta. (inciso VI do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais grave).
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. (inciso VII do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (quando a situação fática impuser a aplicação de penalidade mais grave).
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato. (inciso VIII do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato. (inciso IX do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. (inciso X do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. (inciso XI do artigo 155	Multa; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



da lei 14.133/2021)	
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (inciso XII do artigo 155 da lei 14.133/2021)	Multa; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.26. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.27. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração;

18.28. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;

18.29. No caso de aplicação de penalidades, a Câmara Municipal de Cuiabá deve informar a Prefeitura Municipal de Cuiabá, para providências quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores;

18.30. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Câmara Municipal de Cuiabá.

19. VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 41.014,05 (quarenta e um mil e quatorze reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos neste Termo de Referência.

20. PÚBLICO-ALVO

20.1. Servidores da Câmara Municipal de Cuiabá.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Cuiabá;

21.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Função 01 – Legislativa
Subfunção 031 – Ação Legislativa
Programa 0001 – Atuação Legislativa da Câmara Municipal
P.A./O.E. 2005 – Ações de informática
Natureza da Despesa 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso 0150000000000 – Recursos Ordinários
Reduzido 25

22. OBSERVAÇÕES FINAIS

22.1. A responsabilidade por atestar a Nota Fiscal referente aos produtos fornecidos ficará a cargo do servidor designado pela Secretaria de Gestão Administrativa e/ou Gestor de Contratos, que deverá exercer a função de **Fiscal de Contrato Titular** procedendo no acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Cuiabá, 26 de maio de 2026.

Ricard Cristian de Oliveira

Coordenador de Estrutura de Tecnologia

Marcos Garcia Pessoa

Coordenador de Tecnologia

Ellen de Souza Medina Caroni

Secretária de Tecnologia



Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
1. Órgão: Câmara Municipal de Cuiabá	2. Estudo Técnico Preliminar ETP Nº. 01/2026–Licença de uso de software–
3. Número da Unidade Orçamentária: 001	4. Descrição de Categoria de Investimento: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A contratação das licenças dos softwares Canva Pro e CapCut Pro, pelo período de 12 meses, visa atender às necessidades da Secretaria de Comunicação Diretoria de Cerimonial da Câmara Municipal de Cuiabá, para facilitar a produção de conteúdos institucionais, garantindo a produção e armazenamento de conteúdos de forma eficiente que informem a população sobre as ações e atividades realizadas por este órgão.

Historicamente, a Câmara utilizou a plataforma Flickr como repositório oficial de imagens institucionais. No entanto, a assinatura vigente do serviço foi mantida por um servidor da gestão anterior com recursos próprios, sem ônus ao erário. Essa conta tem prazo determinado para expiração, e sua manutenção é fundamental, pois abriga um banco de imagens institucional que contempla não apenas registros da gestão passada, mas de toda a trajetória da Câmara Municipal de Cuiabá. A descontinuidade desse serviço comprometeria o acesso ao acervo histórico e à documentação fotográfica de eventos oficiais.

O **Flickr gratuito** oferece armazenamento e funcionalidades limitadas, insuficientes para comportar todos os registros e atividades realizadas pela Câmara. A adoção do **Flickr Pro** garante capacidade ampliada de armazenamento, ferramentas avançadas de organização e compartilhamento de imagens, atendendo plenamente às demandas institucionais.

A comunicação institucional exige ferramentas modernas e práticas que possibilitem o armazenamento de materiais gráficos e audiovisuais de maneira ágil, profissional e acessível. Portanto, é requerida a contratação de assinatura do Flickr Pro, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços sem limitação do armazenamento virtual dos acervos fotográficos desta Casa de Leis.



O Canva Pro oferece recursos avançados, como modelos customizáveis, banco de imagens e vídeos de alta qualidade, ferramentas de design colaborativo e armazenamento em nuvem, essenciais para a criação de cartazes, publicações para redes sociais, entre outros materiais gráficos. Esses recursos proporcionam eficiência, qualidade e agilidade na produção, além de fortalecer a transparência e o alcance das informações divulgadas ao público.

O CapCut Pro proporciona funcionalidades avançadas de edição de vídeo, incluindo efeitos especiais, transições profissionais, legendagem automática e otimização para diversas plataformas, assegurando que os vídeos institucionais sejam atrativos e informativos. Considerando que atualmente que a Secretaria de comunicação carece de ferramentas para realização das atividades cotidianas, a assinatura dos softwares contribui para a eficiência na realização das atividades administrativas dos setores, de forma complementar ao Canva pro. A Câmara Municipal tem como objetivo fortalecer a transparência e a proximidade com a população. Para isso, a produção contínua de conteúdos informativos de qualidade é indispensável, e as ferramentas propostas atendem de maneira plena a essa demanda.

Além dessas ferramentas, a contratação de 1 (uma) licença anual do AI Drive Business, com o objetivo de atender às demandas do Setor de Taquigrafia, oferecerá suporte à transcrição, revisão, padronização e formatação de atas, registros de sessões plenárias e demais documentos oficiais. A ferramenta utiliza inteligência artificial avançada para agilizar o processamento e a organização dos textos, reduzir erros, aprimorar a clareza e manter a uniformidade da linguagem técnica empregada nos documentos legislativos. Com isso, é possível aumentar a produtividade da equipe, otimizar o tempo de entrega e garantir maior precisão e qualidade nas transcrições com a aquisição desta solução.

A contratação da plataforma Zoom Meetings Pro tem como finalidade garantir suporte tecnológico adequado para a realização das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal, especialmente aquelas que envolvem reuniões institucionais para a organização dos trabalhos realizados de forma remota.

Nos últimos exercícios, a Câmara vem ampliando o uso de ferramentas digitais para assegurar a continuidade das atividades parlamentares. Observou-se que a versão gratuita tem trazido restrições operacionais, como tempo reduzido de reunião e limitação da quantidade de participantes, fatores que comprometem a organização e a formalidade dos eventos legislativos. Por fim, trata-se de uma plataforma consolidada e utilizada por diversos órgãos públicos, o que reforça sua confiabilidade, segurança e adequação ao ambiente legislativo. Assim, a contratação do Zoom Meetings Pro assegura maior eficiência e profissionalismo às atividades da Câmara Municipal, atendendo aos princípios da continuidade do serviço público, transparência e eficiência administrativa.



Atualmente, a Câmara Municipal de Cuiabá possui licenças do Microsoft Office apenas para alguns setores da Casa. A demanda por aplicativos de produtividade no órgão é uma realidade, refletindo a necessidade de ferramentas que facilitem o trabalho colaborativo, a organização de informações e a execução eficiente de tarefas administrativas. Esses aplicativos são fundamentais para a criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, atividades cotidianas na rotina dos servidores desta Casa. A solução facilita o trabalho dos servidores, permitindo a execução das atividades com agilidade e precisão, sendo essencial para assegurar o cumprimento das atribuições legais e o atendimento eficaz das demandas institucionais.

As versões do Microsoft Office atualmente presentes nesta Casa de Leis encontram-se defasadas, considerando que parte das licenças é de 2007 e apresenta erros, lentidão e travamentos, além da existência de instalações não licenciadas em alguns computadores. O uso de softwares sem licença configura violação de direitos autorais, contrariando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, expõe o órgão a riscos jurídicos, passivos legais e prejuízos à sua imagem institucional.

Investir nessas ferramentas digitais assegurará que a Câmara utilize seus recursos computacionais de forma regular, mantendo padrão de qualidade na execução de suas atividades. Ademais, a contratação agregará novos recursos tecnológicos, com suporte e atualizações durante a vigência, garantindo a continuidade e a melhoria dos serviços prestados, resultando em aumento significativo de produtividade e eficiência no desempenho das atribuições legais e regimentais. As licenças suportam serviços essenciais que apoiam as atividades finalísticas da Câmara. Diante disso, é imprescindível realizar a aquisição dessas licenças para atender à demanda do órgão. Trata-se de solução amplamente utilizada em ambientes corporativos e institucionais, incluindo aplicações como Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote, cuja indisponibilidade causaria prejuízos imediatos à execução das tarefas administrativas, operacionais e técnicas.

As licenças mencionadas configuram-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratarem de serviços baseados em assinatura, cujo funcionamento depende de acesso constante, atualizações, manutenção e suporte técnico contínuos. A interrupção do fornecimento comprometeria a operacionalidade dos serviços e o alcance dos objetivos previstos, caracterizando a necessidade de contratação contínua para assegurar o atendimento regular e ininterrupto das finalidades da instituição.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação dos softwares não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente em razão de se tratar de uma demanda nova, identificada após o



encerramento do período de consolidação do planejamento anual. À época da elaboração do PCA, não havia histórico de contratação dessas ferramentas. Além disso, não houve demanda formalizada pelas unidades responsáveis até o encerramento do período de consolidação do PCA, o que impediu sua inclusão tempestiva no plano.

Essas ferramentas vinham sendo utilizadas informalmente, por iniciativa de servidores que arcavam com custos pessoais e com a utilização da versão gratuita de algumas dessas ferramenta por esta Casa de Leis. No entanto, com o avanço das atividades realizadas por algumas Secretarias, tornou-se necessário institucionalizar o uso dessas plataformas.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Qual o tipo de objeto?	() Bem. (X) Serviço.
Qual a natureza do bem ou serviço a ser contratado?	() Continuada com dedicação exclusiva de mão de obra. () Continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra. (x) Serviço contínuo () Não Continuada.
Qual a vigência da contratação?	() 30 dias (pronta entrega). () 180 dias. (X) 12 meses. () 60 meses. () Indeterminado. () Outro (especificar o prazo). Prazo:
Poderá haver prorrogação?	(X) Sim. () Não. () Não se aplica pois o prazo é indeterminado.
O serviço ou produto já foi contratado anteriormente?	() Sim. Nº Contrato: Vigência contrato: (X) Não.
Há necessidade de treinamento?	() Sim. (x) Não.

Em se tratando de serviços continuados, considerando a necessidade prolongada de seu uso, conforme art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, a vigência plurianual é considerada vantajosa para atender às demandas administrativas.

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho podem ser definidos neste Estudo Técnico Preliminar. Assim, conclui-se que o objeto é comum, conforme prevê o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de **atestado de capacidade técnica para os seis itens da contratação** visa assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de objeto compatível em características, quantidades e



prazos, de modo a garantir o correto fornecimento, a ativação adequada das licenças, bem como o suporte durante a vigência contratual, reduzindo riscos operacionais que possam comprometer atividades institucionais dependentes das ferramentas contratadas.

Ressalta-se, entretanto, que eventual exigência de qualificação técnica será estabelecida de forma proporcional e equilibrada, não sendo solicitado quantitativo mínimo nos atestados, bastando a comprovação de execução de objeto ou serviço correlato. Tal medida tem como objetivo não restringir a competitividade do certame, permitindo a ampla participação de fornecedores aptos, ao mesmo tempo em que se preserva a segurança da contratação e a continuidade dos serviços, assegurando a adequada execução do objeto.

Os softwares objeto desta contratação possuem seus preços referenciais definidos diretamente pelos fabricantes detentores da tecnologia. Tais valores são frequentemente impactados por políticas comerciais globais, variações cambiais e custos de infraestrutura, fatores que fogem do controle da empresa fornecedora.

Considerando que a contratação é definida como recurso de TIC, conforme conceito previsto no Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, e em razão das variações de custos mencionadas anteriormente, a adoção do ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação) justifica-se por ser índice oficial que melhor reflete a variação de custos do setor de TIC, evitando que reajustes decorrentes de variações setoriais onerem o fornecedor de forma desproporcional. Em caso de aumento, considerando a utilização deste índice, eventual prorrogação contratual ficará estritamente condicionada à manutenção da vantajosidade para a Contratante, conforme prevê o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que nenhuma das partes venha a suportar prejuízos com a presente contratação.

Os requisitos necessários para todas as licenças na presente contratação são:

- Licenças válidas pelo período de 12 meses;
- Suporte técnico no que tange ao acesso dos softwares como login, acesso e instalação, durante todo o período de acesso com ativação por e-mail institucional;
- Disponibilização das licenças em conformidade com a legislação vigente;
- Garantia de atualizações dos softwares durante a vigência, conforme a disponibilização do fabricante;
- Prestação dos serviços conforme as especificações e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

No momento da entrega/instalação das licenças, poderão ser conduzidas diligências junto à fabricante para confirmar a legitimidade e legalidade das licenças ofertadas.



O Canva pro deverá oferecer os seguintes recursos:

- Criação de diversas artes gráficas a partir de templates prontos;
- Acesso para **pelo menos 1 (um) usuário** por licença;
- Modelos premium (inclusive premium), conforme plano Pro do fabricante;
- Ferramentas premium para otimização do trabalho (ex.: redimensionar, traduzir e remover fundo);
- Acesso a biblioteca de recursos premium (fotos, vídeos, elementos gráficos e áudios), conforme disponibilização do fabricante;
- Possibilidade de utilização de **kits de marca** para padronização e gestão da identidade visual, conforme plano Pro;
- Recursos de IA integrados para apoio a design, imagens e conteúdos, conforme plano Pro;
- **Armazenamento em nuvem de, no mínimo, 100 GB**, ou equivalente ao previsto no plano Pro do fabricante.

Deverá permitir o uso e acesso ao software nos seguintes meios:

- Acesso via navegador web, diretamente no site do fabricante, compatível com os principais navegadores (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge);
- Acesso via aplicativos oficiais para Windows, Mac, Android e iOS, possibilitando uso multiplataforma e continuidade do trabalho em diferentes dispositivos.

Deverá contemplar **todos os recursos e funcionalidades do plano Canva Pro**, conforme especificações vigentes no site do fabricante.

O Capcut Pro deverá oferecer os seguintes recursos:

- Edição de vídeo **online e offline**, conforme disponibilidade do fabricante;
- Exportação em múltiplos formatos e **alta qualidade**;
- Disponibilidade nas versões **desktop, web e mobile**, conforme disponibilização do fabricante;
- Exportação em **alta resolução**, com suporte a **4K (Ultra HD)** e a **60 quadros por segundo (60 fps)**, quando aplicável;
- Remoção da **marca d'água** do CapCut nas exportações, conforme plano Pro;
- Suporte a **HDR**, quando aplicável, para exportação com maior alcance dinâmico de cores;
- Acesso a recursos premium, com desbloqueio da biblioteca Pro, incluindo **filtros e efeitos visuais**;
- **Transições premium**;
- **Faixas de música e sons** do plano Pro;
- **Modelos, textos e adesivos** do plano Pro;
- Ferramentas de aprimoramento de vídeo/imagem, incluindo aumento de qualidade/resolução (upscaling), quando disponível;
- Função para **remover ou substituir fundo** de vídeo ou imagem com maior precisão, conforme plano Pro;
- **Legendas automáticas** avançadas, com suporte a múltiplos idiomas e/ou modo bilíngue, quando disponível;



- **Rastreamento de movimento (motion tracking)** para rastrear e anexar elementos a objetos em movimento, quando disponível;
- Ferramentas avançadas de áudio para **redução de ruído, isolamento vocal** e aprimoramento/otimização automática da voz, quando disponíveis;
- **Armazenamento em nuvem** com espaço expandido para projetos e mídias, e **sincronização multiplataforma** (mobile, PC/Mac e web), conforme plano Pro;
- Recursos colaborativos para equipes e compartilhamento de projetos, quando disponíveis.

Deverá contemplar os **demais recursos e funcionalidades** disponibilizados no respectivo **plano CapCut Pro** contratado, conforme especificações vigentes do fabricante.

O Flickr Pro deverá oferecer os seguintes recursos:

- Plataforma de armazenamento de imagens e vídeos em nuvem;
- Capacidade de armazenamento (upload) ampliada, conforme especificações vigentes do plano Pro do fabricante;
- Exibição de conteúdo sem anúncios, conforme plano Pro;
- Suporte técnico com atendimento prioritário, conforme plano Pro;
- Controle sobre as configurações de privacidade das fotos;
- Opções de exibição de fotos em alta resolução, incluindo até 6K, conforme plano Pro;
- Uploads de vídeos com limite de duração compatível com o plano Pro (ex.: até 10 minutos, conforme política vigente do fabricante);

Demais recursos e funcionalidades disponibilizados no respectivo plano contratado, conforme especificações vigentes do fabricante.

O AI Drive Business deverá oferecer os seguintes recursos:

- **01 (uma) assinatura anual** do plano **AI Drive Business**, com **300.000 (trezentos mil) créditos mensais** e acesso a recursos premium de inteligência artificial, conforme especificações vigentes do fabricante;
- Acesso a recursos premium de IA para apoio à produtividade, contemplando, no mínimo:
- Geração e/ou edição de conteúdos assistidos por IA, conforme recursos do plano;
- Automação de tarefas e assistentes inteligentes integrados à plataforma, quando disponibilizados;
- Ferramentas avançadas com suporte de IA para produtividade e gestão de arquivos (por exemplo: organização, busca inteligente e categorização), quando disponíveis no plano;
- Ambiente corporativo (Business) com gestão de conta/assinatura e administração de uso.
- Funcionalidades avançadas de tratamento e análise de documentos, quando disponíveis no plano contratado, incluindo:



- Extração de dados em escala, como nomes, datas e termos-chave de grandes volumes de documentos, com exportação para formatos como planilhas;
- Manipulação de PDFs, incluindo mesclar, dividir, redigir (tarjar) e/ou adicionar marcas d'água em lotes de documentos;
- Pesquisa unificada em múltiplos arquivos, permitindo localizar cláusulas específicas ou referências em conjuntos extensos de documentos;
- Criação de entregáveis e documentos de apoio, como cronogramas, relatórios comparativos e memorandos de resumo.
- O uso da solução será controlado por meio de **créditos mensais**, independentemente do número de usuários, observadas as regras do plano contratado.

Deverá contemplar os **demais recursos e funcionalidades** disponibilizados no respectivo plano **AI Drive Business** contratado, conforme especificações vigentes do fabricante.

O Zoom Meetings Pro deverá oferecer os seguintes recursos:

- Capacidade de até **100 (cem) participantes** por reunião, conforme plano contratado;
- Suporte técnico por **tíquete** e/ou **chat ao vivo**, conforme disponibilização do fabricante;
- **Reuniões ilimitadas**;
- Reuniões com duração de até **30 (trinta) horas**, conforme plano contratado;
- **Gravação local e gravação em nuvem**, com **armazenamento em nuvem de, no mínimo, 10 GB por licença**, ou equivalente conforme plano contratado;
- **Compartilhamento de tela**;
- **Salas simultâneas (breakout rooms)**, com possibilidade de divisão em até **50 (cinquenta) salas**, conforme plano contratado;
- **Plano de fundo virtual**;
- **ID pessoal de reunião**;
- **Chat** e compartilhamento de arquivos durante as reuniões;
- **Controles do anfitrião**;
- **Coanotação** no compartilhamento de tela;
- **Controle remoto** por teclado/mouse;
- **Compartilhamento múltiplo**, conforme disponibilização do fabricante;
- Recursos de segurança, incluindo **criptografia** e/ou **criptografia ponta a ponta (E2EE)**, quando aplicável e habilitado conforme configurações do serviço;
- **Filtros** e recursos de personalização, quando disponíveis;
- **Enquetes**;
- **Anfitrião alternativo e coanfitrião**;



- Possibilidade de **atribuir agendador** de reunião, conforme plano;
- **API REST**, conforme disponibilização do fabricante;
- **Transmissões ao vivo** para plataformas como Facebook e YouTube, ou serviço de terceiros, conforme plano e integrações disponíveis;
- **Relatórios**;
- **Gerenciamento de usuários**, permitindo adicionar, excluir e atribuir funções e recursos, conforme perfil administrativo;
- **Legendas automáticas e transcrição de gravações em nuvem** (ex.: idioma inglês), quando disponíveis no plano contratado;
- **Interpretação de idiomas**, quando disponível no plano contratado.
- Deverá contemplar os **demais recursos e funcionalidades** disponibilizados no respectivo plano **Zoom Meetings Pro** contratado, conforme especificações vigentes do fabricante.

O Microsoft Office 365 Business (5 dispositivos) deverá oferecer os seguintes recursos:

- Licenciamento por **assinatura anual**, com vigência de **12 (doze) meses**, com renovação somente mediante nova contratação/adesão, não se tratando de licenciamento perpétuo;
- Permitir instalação e uso em **ambiente institucional**, compatível com as atividades administrativas e legislativas do órgão;
- Permitir a instalação e o uso em até **5 (cinco) dispositivos por usuário licenciado**, conforme política vigente do fabricante, incluindo computadores e/ou dispositivos móveis (ex.: PC/Mac, tablet e smartphone);
- Incluir, no mínimo, os aplicativos **Outlook, Word, Excel, PowerPoint e OneNote** (aplicativos de desktop e/ou mobile, conforme plano/licença do fabricante);
- Disponibilizar os aplicativos no idioma **Português do Brasil**;
- Permitir ativação **oficial e legítima**, com licenças/atribuições válidas e reconhecidas pelo fabricante, sem uso de mecanismos não autorizados;
- Possibilitar a criação, edição e abertura de arquivos nos formatos padrão do mercado (ex.: **DOCX, XLSX, PPTX**), garantindo interoperabilidade com documentos já existentes no órgão;
- Não exigir pagamentos mensais, devendo ser contratado com **cobrança anual (12 meses)**, conforme solicitado;
- Assegurar que as licenças sejam **originais, novas e sem uso anterior**, associadas ao **domínio/conta corporativa (institucional)** do órgão, sem vínculo com contas pessoais;
- Permitir **atualizações, correções e patches de segurança** disponibilizados pelo fabricante durante todo o período de vigência da assinatura, sem custos adicionais além do valor contratado;
- Atender às boas práticas de **segurança da informação**, preservando a integridade e a confidencialidade dos dados produzidos pelo órgão,



incluindo mecanismos de autenticação e administração previstos no licenciamento;

- Contemplar documentação oficial e/ou meios de comprovação que demonstrem a regularidade do licenciamento (ex.: **nota fiscal**, termo/declaração do fornecedor e evidências de aquisição em canal autorizado);
- Incluir os **demais recursos e funcionalidades** disponibilizados na licença original do fabricante, conforme o plano **Microsoft Office 365 Business** anual contratado.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender à demanda de utilização das licenças de softwares, verificam-se as seguintes soluções:

Considerando que o **Flickr Pro** já é utilizado para armazenamento e disponibilização de acervos fotográficos essenciais ao funcionamento do órgão, faz-se necessária a manutenção de sua utilização, a fim de garantir a continuidade de uma solução já consolidada. O Flickr Pro se destaca entre as plataformas disponíveis no mercado por oferecer armazenamento de fotos e vídeos sem perda de qualidade, característica que não é plenamente atendida por alternativas como Google Fotos, Amazon Photos e OneDrive, sendo que este último não dispõe de interface intuitiva voltada ao acesso do público externo.

O software foi concebido para funcionar como uma rede social voltada a fotógrafos, permitindo não apenas o armazenamento, mas também a organização por álbuns, o compartilhamento de conteúdo e o acesso a funcionalidades avançadas de gerenciamento de imagens e vídeos, recursos que não estão presentes de forma integrada nas demais alternativas. Ademais, o Flickr Pro oferece armazenamento ilimitado, suporte a fotos e vídeos, interface multiplataforma e versão sem anúncios, condições essenciais para a operação contínua e eficiente do acervo digital do órgão.

A possibilidade de migração para outra plataforma implicaria desafios significativos, considerando que o conteúdo atualmente armazenado encontra-se organizado de forma estruturada nos álbuns e funcionalidades do Flickr Pro. Tal migração poderia resultar em fragmentação do acervo, perda de qualidade dos arquivos ou dificuldades de reorganização, comprometendo a integridade e a acessibilidade do conteúdo histórico e institucional.

Dessa forma, trata-se de solução única e completa, capaz de atender de maneira integrada às necessidades do órgão quanto ao armazenamento, gerenciamento e divulgação de seu acervo fotográfico e audiovisual.

Atualmente, diversas soluções de inteligência artificial estão disponíveis no mercado, cada uma com características específicas quanto ao modelo de IA, suporte ao idioma português, forma de acesso e adequação ao uso institucional. Dentre elas, o **AI Drive Business** oferece recursos premium de inteligência



artificial em formato SaaS, com acesso via plataforma do fornecedor, cotas mensais de uso (créditos) e funcionalidades voltadas à produtividade e ao suporte a atividades administrativas e técnicas, com suporte ao idioma português e possibilidade de utilização em ambiente institucional, conforme condições do plano contratado.

A solução **Microsoft Copilot 365** é integrada ao pacote Microsoft 365 e depende de licenças corporativas específicas (como E3 ou E5). Embora apresente funcionalidades relevantes para usuários do ecossistema Office, possui menor flexibilidade para uso isolado e sua experiência em português pode variar conforme o cenário de uso e o tipo de licenciamento adotado.

O **Gemini**, oferecido pelo Google, encontra-se em constante evolução, com disponibilização via interface web e recursos que podem variar conforme região, conta e modalidade de acesso. Em determinados contextos, o suporte ao idioma português e a estabilidade de disponibilidade podem ser inferiores ao exigido para uso institucional contínuo, o que reduz sua aderência quando se requer previsibilidade e suporte formal.

Em síntese, o panorama atual apresenta soluções com diferentes níveis de maturidade e governança. Planos corporativos com créditos mensais e suporte associado, como o AI Drive Business, mostram-se mais adequados para instituições que necessitam de previsibilidade de uso, suporte e continuidade, enquanto alternativas com acesso variável ou dependentes de ecossistemas específicos podem atender demandas pontuais, porém com menor controle e confiabilidade operacional para uso corporativo.

O **CapCut Pro** destaca-se no mercado de edição de vídeo por sua combinação de recursos avançados, interface intuitiva e custo acessível, quando comparado a outras ferramentas:

Adobe Creative Cloud (contrato atual da Câmara): solução profissional consolidada, com recursos robustos para produção audiovisual e design gráfico. Entretanto, apresenta curva de aprendizado elevada e custos de licenciamento superiores. Para equipes reduzidas ou demandas que exigem agilidade, pode se mostrar menos flexível e menos eficiente.

Filmora: ferramenta de fácil utilização, indicada para iniciantes, porém limitada em recursos avançados de edição, como múltiplas camadas, efeitos baseados em IA e exportação em alta qualidade.

CoreIDRAW: voltado principalmente à criação gráfica vetorial e materiais impressos, não oferecendo recursos robustos de edição de vídeo, o que o torna complementar apenas em situações específicas.

O **CapCut Pro**, por sua vez, combina interface intuitiva, edição avançada com múltiplas camadas, ferramentas de IA (remoção de fundo, rastreamento de



movimento e redução de ruído) e exportação em 4K a 60 fps, além de oferecer recursos de colaboração em nuvem, facilitando o trabalho em equipe.

O **Canva Pro** destaca-se como plataforma de design gráfico e edição de vídeo frente a soluções como VistaCreate e Visme:

VistaCreate: focado em design gráfico e animações, com boa variedade de templates, porém com limitações em edição de vídeo e colaboração em tempo real.

Visme: indicado para criação de apresentações e infográficos, mas menos adequado para produção rápida de conteúdos multimídia e vídeos curtos, frequentes no contexto institucional.

O Canva Pro oferece biblioteca extensa de templates, imagens, vídeos e músicas, além de ferramentas de inteligência artificial para criação e personalização de conteúdos. Sua interface intuitiva e os recursos de colaboração em tempo real permitem maior integração das equipes, ampliando a produtividade e assegurando padronização visual.

Após análise das soluções disponíveis, conclui-se que a adoção do **CapCut Pro** e do **Canva Pro** oferece à Câmara uma solução completa e complementar para produção audiovisual e design gráfico institucional. O CapCut Pro complementa a plataforma atualmente contratada (Adobe), agregando recursos de inteligência artificial, edição avançada e exportação em alta qualidade. O Canva Pro, por sua vez, facilita a criação rápida e padronizada de materiais institucionais, com forte apoio colaborativo.

Quanto às plataformas de videoconferência, o **Google Meet** caracteriza-se pela simplicidade de uso via navegador, porém encontra-se fortemente integrado ao ecossistema Google Workspace. Em planos mais básicos, apresenta limitações quanto a recursos de controle, gravação e gestão de participantes, restringindo sua adequação a ambientes institucionais mais complexos.

O **Microsoft Teams** é voltado principalmente a organizações que utilizam o Microsoft 365, atuando como plataforma integrada de comunicação e colaboração. Embora robusto, apresenta maior complexidade operacional e dependência do ecossistema Microsoft, o que pode dificultar sua adoção em reuniões institucionais com públicos variados.

O **Zoom**, por sua vez, foi concebido especificamente como plataforma de videoconferência, priorizando estabilidade de conexão, qualidade de áudio e vídeo e facilidade de acesso para usuários internos e externos. O plano Pro oferece recursos adequados ao uso institucional, como reuniões com ampla duração, gravação local ou em nuvem, controle avançado de participantes, salas simultâneas e interface intuitiva, reduzindo a necessidade de suporte técnico durante as reuniões. Ressalta-se, ainda, que o Zoom já é utilizado de forma recorrente no âmbito das atividades institucionais, inclusive mediante contratações



individuais custeadas por servidores, o que demonstra aderência prática da ferramenta às necessidades da Câmara Municipal.

A contratação institucional do **Zoom Meetings Pro** permitirá a regularização do uso, a padronização da ferramenta, a ampliação dos recursos disponíveis e maior segurança jurídica e administrativa. Diante do comparativo realizado, conclui-se que o Zoom Pro apresenta a melhor relação entre funcionalidade, facilidade de uso, estabilidade e adequação ao perfil institucional da Câmara Municipal, mostrando-se a solução mais eficiente para a realização de reuniões virtuais administrativas e institucionais.

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

As quantidades e valores solicitados referem-se à aquisição de **14 (quatorze)** licenças de uso de softwares, sendo **01 (uma) do Flickr Pro, 02 (duas) do Canva Pro, 01 (uma) do CapCut Pro, 01 (uma) do AI Drive Business, 01 (uma) do Zoom Meetings Pro e 08 (oito) do Microsoft Office 365 Business (5 dispositivos)**. O dimensionamento foi realizado a partir da análise das demandas operacionais identificadas junto aos setores diretamente beneficiados, para o período de 12 (doze) meses.

Nesse sentido, verificou-se que a Secretaria de Comunicação necessita das licenças do Flickr Pro, Canva Pro e CapCut Pro, sendo 01 (uma) das licenças do Canva Pro destinada à Diretoria de Cerimonial. Essas ferramentas são indispensáveis para a criação, edição e gerenciamento de conteúdos visuais e audiovisuais, fundamentais para assegurar a qualidade e a agilidade da comunicação institucional. O Setor de Taquigrafia demanda 01 (uma) licença do AI Drive Business, a qual será utilizada para otimizar processos de transcrição, revisão textual e elaboração de documentos, promovendo maior eficiência e produtividade no desempenho das atividades. Para a equipe de transmissão da Câmara, foi demandada 01 (uma) licença do Zoom Meetings Pro.

O Microsoft Office 365 Business permite a instalação e uso em até 05 (cinco) dispositivos por usuário licenciado, e os setores requisitantes dessas 08 (oito) licenças são:

- Secretaria de Gestão de Pessoas – 14 dispositivos;
- Unidade de Controle Interno – 4 dispositivos;
- Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios – 12 dispositivos;
- Secretaria de Comissões Permanentes – 9 dispositivos;
- Diretoria de Cerimonial – 1 dispositivo.

Dessa forma, a presente estimativa contempla o total de 14 (quatorze) licenças de softwares/ferramentas, distribuídas de acordo com as necessidades específicas de cada área, garantindo a adequada utilização dos recursos e o atendimento às finalidades institucionais.



5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS

Meios utilizados na pesquisa				(x) Painel de preços (x) Contratações similares () Fornecedores () Internet () Outro Especificar:		
Estimativa do preço						
Ite m	Descrição	Quan t.	Unida de	Código Catálogo TCE-MT	Valor unitário	Valor Total
1	Licença temporária de uso do software CANVA PRO, ou equivalente, por 12 meses.	02	Licenç a	00059469	R\$ 580,00	R\$ 1.160,00
2	Licença temporária de uso do software CAPCUT PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licenç a	00085296	R\$ 528,41	R\$ 528,41
3	Licença temporária da plataforma digital FLICKR PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licenç a	00085295	R\$ 710,50	R\$ 710,50
4	Licença temporária da plataforma digital AI DRIVE BUSSINES, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licenç a		R\$18.498,50	R\$ 18.498,50
5	Licença temporária de uso do software ZOOMMEETING PRO, ou equivalente, por 12 meses.	01	Licenç a	000892376	R\$ 1.840,00	R\$ 1.840,00
6	Aquisição de licenças online MICROSOFT 365 BUSINESS PREMIUM(para 5 dispositivos), ou equivalente.	8	Licenç a	00037225	R\$2.284,58	R\$ 18.276,64
	Total Global					R\$41.014,05

O valor unitário de cada item foi estabelecido a partir da comparação com contratações públicas realizadas por outros órgãos, em condições e características semelhantes às do objeto descrito no Documento de Formalização de Demanda em observância ao disposto no art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

A pesquisa de preços foi inicialmente realizada por meio do Banco de Preços, com o apoio da equipe técnica de licitação da Câmara Municipal de Cuiabá, sendo



este utilizado como valor de referência para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar. O preço total foi obtido pela mediana das contratações semelhantes constantes no Banco de Preços totalizando **R\$ 41.014,05 (Quarenta e um mil, quatorze reais e cinco centavos)**.

Destaca-se que foi utilizada a mediana do Banco de Preços como parâmetro, e a pesquisa RADARTCE-MT, embora não tenha sido utilizada como base de cálculo, serviu apenas como elemento referencial para acompanhamento do processo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A solução proposta consiste na contratação de licenças anuais de ferramentas digitais, utilizadas por meio de assinaturas temporárias e de uso continuado, com o objetivo de atender de forma contínua às necessidades da **Secretaria de Gestão de Pessoas**, da **Unidade de Controle Interno**, da **Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios**, da **Secretaria de Comissões Permanentes** e da **Diretoria de Cerimonial** da Câmara Municipal de Cuiabá.

As ferramentas selecionadas foram pensadas para facilitar e organizar o trabalho diário dos setores, apoiando a produção de conteúdos institucionais, o armazenamento de registros históricos, a realização de reuniões e a elaboração e edição de documentos oficiais. Em conjunto, essas soluções permitem maior agilidade nas atividades, melhor aproveitamento do tempo dos servidores e mais qualidade nas informações produzidas e disponibilizadas à sociedade.

No âmbito da comunicação institucional, as ferramentas de criação gráfica e edição de vídeo possibilitam a elaboração de materiais visuais e audiovisuais de forma mais rápida e padronizada, atendendo às demandas de divulgação das ações da Câmara, campanhas institucionais e registros de eventos oficiais. De forma complementar, a plataforma de armazenamento em nuvem garante a organização e a preservação do acervo fotográfico e audiovisual, evitando a perda de registros importantes e assegurando o acesso ao histórico institucional da Casa.

Para o Setor de Taquigrafia, a utilização de ferramenta baseada em inteligência artificial atua como apoio às atividades de transcrição, revisão e organização de textos, contribuindo para tornar o trabalho mais eficiente, reduzir erros e melhorar a padronização dos documentos oficiais, sem substituir a atuação dos servidores.

A solução também contempla o uso de plataforma de reuniões virtuais, necessária para a realização de reuniões administrativas e demais atividades institucionais realizadas de forma remota. Essa ferramenta oferece recursos que auxiliam na organização das reuniões, incluindo recursos de gravação e registro das



discussões e tratativas sobre as atividades administrativas, contribuindo para melhor acompanhamento das decisões e das atividades realizadas.

No que se refere aos softwares de edição de documentos, planilhas eletrônicas e apresentações, a solução contempla a disponibilização de suíte de produtividade com aplicativos para desktop, destinada ao uso dos setores demandantes da Câmara Municipal de Cuiabá, por se tratar de softwares essenciais à realização das atividades administrativas.

Todas as licenças deverão permanecer ativas durante todo o período contratado, com acesso contínuo às plataformas, atualizações regulares e suporte técnico disponibilizado pelo fornecedor, garantindo que as ferramentas estejam sempre disponíveis para uso e não prejudiquem o andamento das atividades dos setores envolvidos.

Dessa forma, a contratação proposta apresenta-se como uma solução integrada, prática e adequada à realidade da Câmara Municipal de Cuiabá, contribuindo para a modernização dos processos de trabalho, com eficiência.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 prevê que o fracionamento do objeto será admitido quando tecnicamente possível e vantajoso à Administração. Contudo, considerando a presente licitação, justifica-se a não adoção do parcelamento em lotes, uma vez que as soluções a serem adquiridas (licenças das plataformas Microsoft Office 365 Business, Flickr, Canva, CapCut, AI Drive Business e Zoom Meetings) não possuem natureza homogênea. Trata-se de itens distintos, de fornecedores específicos e podem ser comercializados de forma independente, razão pela qual a divisão em lotes não se mostra adequada, em respeito ao princípio da competitividade e do parcelamento.

O art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, menciona que o planejamento da contratação deve observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso:

*“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
(...)
V – atendimento aos princípios:
b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.”*

A tentativa de consolidar em lote único comprometeria a isonomia do processo e poderia acarretar restrição de competitividade, na medida em que um único fornecedor poderia não dispor da integralidade das cinco soluções. Assim, o modelo mais adequado é a contratação separada de cada solução em **ITENS** preservando a economicidade, a eficiência administrativa e a aderência à legislação vigente.



8. PAGAMENTO

A antecipação do pagamento das licenças de softwares Microsoft Office 365 Business, Flickr, Canva, CapCut, AI Drive Business e Zoom meeting em parcela única, é justificada com base no Artigo 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

“Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

*§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar **sensível economia de recursos** ou se representar **condição indispensável** para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.”*

A antecipação do pagamento das licenças de softwares Microsoft Office 365 Business, Flickr, Canva, Capcut, zoom e AI Drive Business, em **parcela única**, são justificadas por se tratar de condição necessária para a liberação do acesso à plataforma, conforme prática comercial adotada pelos fornecedores dessas soluções, sendo compatível com o interesse público, diante da natureza do serviço contratado e da uniformidade dos preços praticados. No mercado de softwares de assinatura (SaaS), o modelo de negócio padrão é a comercialização de planos anuais. Essa prática não apenas se traduz em significativa economia de recursos, com descontos superiores em relação ao custo total de 12 pagamentos mensais, mas também representa uma condição de mercado para a obtenção dos melhores termos de serviço.

Muitas vezes, a opção de pagamento mensal não está disponível para planos. Portanto, o pagamento antecipado em parcela única não é uma mera conveniência, mas uma adaptação necessária às práticas comerciais do mercado. Adotar essa modalidade garante o acesso contínuo aos serviços, simplifica os processos administrativos ao eliminar a necessidade de múltiplos empenhos e assegura que a Administração Pública obtenha o maior benefício financeiro e operacional possível, alinhando-se diretamente às condições impostas pelos próprios fornecedores.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou influenciem a viabilidade da presente contratação, tratando-se de demanda autônoma e específica, cuja execução independe de vínculos contratuais anteriores ou simultâneos.



10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios esperados com a presente contratação consistem na garantia da continuidade das atividades administrativas e no aumento da eficiência dos processos internos. Além disso, a aquisição das licenças contribuirá para a modernização do ambiente tecnológico da Câmara Municipal de Cuiabá, ampliando a capacidade de produção, gestão e otimização de conteúdos digitais e textuais. Busca-se não apenas fortalecer a comunicação institucional e a inovação nos fluxos de trabalho, mas também proporcionar melhores condições de atuação aos servidores, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da modernização administrativa.

11. PROVIDÊNCIAS PENDENTES

Não há providências pendentes para o sucesso da contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Não há previsão de impacto ambiental na contratação.

13. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Portanto, conclui-se que a contratação possui viabilidade técnica, econômica e ambiental, e está apta a gerar os resultados pretendidos pela Administração.

Ricard Cristian de Oliveira
Coordenador de Estrutura de Tecnologia

Marcos Garcia Pessoa
Coordenador de Tecnologia

Ellen de Souza Medina Caroni
Secretária de Tecnologia

Cuiabá, 10 de fevereiro de 2026.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Modelo de Proposta Financeira (Papel timbrado da empresa)

À

Câmara Municipal de Cuiabá-MT

Ref. : Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 00x/2026

Empresa:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
CEP:	Cidade/Estado:
Telefones:	E-mail:
Banco:	
Agência:	Conta corrente:
Representante Legal:	
RG:	CPF:

DESCRIÇÃO DOS ITENS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

Declaramos que nossa proposta engloba todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Prazo de Entrega: Conforme Termo de Referência.

Validade da proposta: 60 dias

Local e data

Assinatura do representante legal

Carimbo de CNPJ da empresa:



ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 00x/2026

Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)
(Papel timbrado da empresa)

À

Câmara Municipal de Cuiabá-MT

Ref : Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 00x/2026.

Indicamos o (a) Sr. (a).....,
Portador (a) da cédula de identidade nº....., órgão
expedidor....., como nosso representante legal na Licitação em
referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, dar lances, interpor
recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todo os atos necessários ao fiel
cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ n.

Inscrição Estadual n.

Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:



ANEXO IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, cargo, inscrito (a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, declaro ter ciência da obrigatoriedade, a partir desta data, quanto ao cumprimento das regulamentações descritas na Política de Segurança da Informação do CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ – CMC. Comprometo-me ainda a observar o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018, e cumprir o dever em salvaguardar a informação sigilosa e pessoal, bem como assegurar a publicidade da informação ostensiva, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício de minhas atribuições sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

Local e Data

Nome representante da empresa
Nome da Empresa



ANEXO V
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°00X/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ E A EMPRESA XXX.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.710.823/0001-60, com sede Rua Barão de Melgaço, s/n. Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pela **VEREADORA PAULA CALIL**, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **xxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº xx.xxx.xxx/0001-xx**, neste ato representada por **<NOME REPRESENTANTE>**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar contrato através do **PREGÃO ELETRÔNICO N°00X/2026**, nos termos da Lei N° 14.133, de 1º de abril 2021, e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças temporárias de uso de softwares, destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Cuiabá, pelo prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

2.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO N°00X/2026**, e será regida pela Lei N° 14.133, de 1º de abril 2021, e alterações posteriores;

2.1.1. Aplicam-se ainda as disposições do Termo de Referência N° 04/2026 e deste instrumento contratual aos casos omissos que possam ocorrer.

2.2. Fazem parte deste CONTRATO a Lei 14.133/2021, o **EDITAL DE LICITAÇÃO N° XXX/2026**, o **Termo de Referência nº007/2026** e seus anexos, além da Proposta Comercial da EMPRESA CONTRATADA e demais elementos constantes do processo de **PREGÃO ELETRÔNICO N°00X/2026**.

2.3. Em caso de divergências entre o teor do **EDITAL DE LICITAÇÃO N° XXX/2026** e do presente **CONTRATO** prevalecerão as disposições do primeiro.

2.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1. O Edital da Licitação;

2.4.2. O Termo de Referência;

2.4.3. A Proposta do contratado;

2.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



- 3.1.** O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.** A prorrogação de que trata o 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 3.3.** O contrato ficará adstrito aos créditos orçamentários, exceto quanto aqueles cujo prazo de vigência ultrapasse mais de um exercício financeiro, devendo a respectiva nota de empenho ser inscrita em restos a pagar, caso ainda haja saldo e obrigações a serem cumpridas pelo contratado.
- 3.4.** Em caso de impedimento ou suspensão do contrato, o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.
- 3.5.** Por força do art. 94 da Lei 14.133/2021, a eficácia do contrato fica condicionada à sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 3.6.** Nas prorrogações de vigência, de modo a adequar a exigência do art. 183, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a contagem data a data, com a exigência do art. 107 da mesma Lei, que limita a vigência máxima a 10 (dez) anos, o novo período inicia-se no dia imediatamente posterior ao término do anterior, e a data final da nova vigência deverá coincidir com o dia de igual número de início do Contrato originário.
- 3.7.** A prorrogação do prazo de vigência deste contrato dependerá da observância dos seguintes requisitos:
- 3.8.** Apresentação de relatório do fiscal do contrato, que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os produtos contratados tenham sido fornecidos regularmente;
- 3.9.** Justificativa e motivo, por escrito, de que o CONTRATANTE mantém interesse na execução do objeto;
- 3.10.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 3.11.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 3.12.** Comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, permitida a negociação com o CONTRATADO.
- 3.13.** O Contrato poderá ser prorrogado desde que justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrá-lo e observada a vigência do crédito orçamentário.
- 3.14.** As partes deverão se manifestar sobre o interesse da prorrogação com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência do término da vigência deste.
- 3.15.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 3.16.** A prorrogação do prazo de vigência deste contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.17.** Nas eventuais prorrogações do prazo de vigência deste contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



3.18. O prazo de vigência deste contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

4.1. O objeto desta contratação deverá ser fornecido de acordo com os itens descritos abaixo, segundo as especificações contidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI D.	QUA NT.	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1			Unid.		R\$	R\$
	VALOR TOTAL=					R\$

4.2. A entrega do bem deverá estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no **Termo de Referência N° 07/2026**, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ** a seguir:

Função 01 – Legislativa

Subfunção 031 – Ação Legislativa

Programa 0001 – Atuação Legislativa da Câmara Municipal

P.A./O.E. 2005 – Ações de informática

Natureza da Despesa 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso 015000000000 – Recursos Ordinários

Reduzido 25

CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAIS

6.1. O presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas PARTES, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo, cada uma, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e observarão ainda as seguintes disposições:

6.3. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser realizada por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.4. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilização das licenças temporárias de software de forma regular e contínua, garantindo acesso aos usuários indicados pelo CONTRATANTE, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.5. As Comunicações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE serão realizadas conforme item 6.37.

6.6. Os softwares entregues ao CONTRATANTE deverão ser novos e prestados exclusivamente ao contratante sem indícios de compartilhamento de logins com outros usuários.

6.7. Os softwares ofertados pela CONTRATADA, bem como suas licenças temporárias de uso, deverão ser originais, regulares e estar em conformidade com as especificações do fabricante ou desenvolvedor, atendendo às normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto à segurança da informação, proteção de dados e desempenho, bem como à legislação vigente, inclusive à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando aplicável, salvo disposição diversa expressa no Termo de Referência ou pela Fiscalização do Contrato.

6.8. A CONTRATADA compromete-se a disponibilizar o objeto contratado com a conformidade técnica, a saber:

6.9. Última versão dos softwares disponibilizado com as devidas atualizações.

6.10. Assinatura por 12 meses para todas as licenças da presente licitação.

6.11. Suporte técnico durante todo o período da assinatura dos softwares temporários.

6.12. O idioma dos softwares deverá ser o Português Brasileiro (PTBR) e devem ser compatíveis com o Windows 10 e 11 de 64 bits.

6.13. Ter acesso a versões atualizadas dos softwares durante o período de vigência da contratação;

6.14. Fornecer acesso legalizado para download, instalação e uso de atualizações e novas versões que forem lançadas;

6.15. A contratada deverá fornecer suporte para o acesso do software via navegador, instalação dos aplicativos para desktop e celulares, tirando todas as dúvidas que surgirem por parte do usuário referente ao acesso do software.

6.16. O fornecedor deverá fornecer suporte técnico para esclarecimentos sobre acesso, ativação e eventuais dificuldades na utilização das licenças, por meio de e-mail ou outro tipo de atendimento definido entre as partes, com tempo de resposta máximo de 1 (um) dia útil.

6.17. A Contratada Não poderá utilizar indevidamente os dados da contratante fora do escopo do projeto, devendo ser observada a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018.

6.18. O acesso para instalação, manutenção, configuração e desinstalação da aplicação relacionada à licença adquirida só deve ser permitido com uso de login e senha, no mínimo;

6.19. A solução deve garantir que não haja risco de perda da integridade dos dados virtualizados.

6.20. A contratada deverá utilizar, durante toda a execução do contrato, somente licenças oficiais, originais, válidas e devidamente legalizadas para todos os softwares, plataformas e serviços digitais necessários ao cumprimento do objeto.



- 6.21.** É expressamente vedado o uso de licenças irregulares, temporárias não autorizadas, obtidas por meios ilícitos, ou que violem os termos de uso dos respectivos fabricantes/provedores.
- 6.22.** A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a documentação comprobatória da legitimidade, legalidade e validade das licenças, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.23.** O fornecedor deverá disponibilizar as licenças por meio de login e senha exclusiva para o usuário designado pela Câmara Municipal de Cuiabá, devendo ser vinculado aos e-mails oficiais do órgão, quando necessário, garantindo acesso a todas as funcionalidades do software, conforme especificado neste Termo de Referência.
- 6.24.** Manutenção das atuais contas de usuário *Flickr Pro* do setor demandante, assegurando a continuidade de acesso a todo o conteúdo, configurações e demais personalizações realizadas nessa plataforma, para o licitante que fornecer o respectivo item.
- 6.25.** A entrega das licenças deverá ocorrer de forma eletrônica, mediante o envio das credenciais de acesso ao site dos softwares/Plataformas para o e-mail institucional da Câmara Municipal de Cuiabá.
- 6.26.** Caso o software exija um código de ativação, este também deverá ser enviado dentro do prazo estipulado.
- 6.27.** A contratada deverá garantir que as licenças estejam ativas e operacionais desde o primeiro dia da disponibilização, sem restrições de uso e com todas as funcionalidades previstas nas versões dos planos contratados.
- 6.28.** Caso a licença fornecida apresente restrições ou incompatibilidades que impeçam o uso regular do software, o fornecedor será notificado e deverá corrigir o problema no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.
- 6.29.** As atualizações e melhorias dos softwares disponibilizadas pelos fabricantes durante a vigência da contratação deverão ser automaticamente incluídas sem qualquer custo adicional para a Câmara Municipal.
- 6.30.** As licenças contratadas não poderão ser compartilhadas, transferidas ou utilizadas para fins distintos daqueles especificados neste Termo de Referência, devendo permanecer vinculadas ao usuário designado pela Câmara Municipal.
- 6.31.** O fornecedor deverá garantir a continuidade do acesso ao software durante todo o período de vigência da contratação, sem interrupções indevidas, salvo por razões justificadas pelo fabricante do software.
- 6.32.** A entrega das licenças deverá ser acompanhada da nota fiscal contendo a descrição, quantidade e valores referente a prestação do serviço.
- 6.33.** O fornecedor deverá arcar com todos os custos que se façam necessários para a disponibilização e entregas das licenças.
- 6.34.** O prazo de vigência das licenças será de 12 (doze) meses e terá início na data de entrega/execução do serviço, após assinatura do contrato.
- 6.35.** Na hipótese de rescisão do contrato e, conseqüentemente a interrupção do serviço prestado, a contratada deverá ressarcir os valores proporcionais ao restante da vigência das licenças, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades pela Câmara Municipal



6.36. O contratado deverá cumprir todos os requisitos específicos, conforme estabelecido no Termo de referência (itens 7.28 ao 7.119)

6.37. Mecanismos formais de comunicação

6.38. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.39. Ordem de Fornecimento de Serviços;

6.40. Ofício; e

6.41. E-mail.

6.42. Aplicativos de mensagens instantâneas, desde que utilizados como meio de contatos oficial por ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento da licença temporária ocorrerá conforme o art. 140 da Lei n. 14.133/2021 e da seguinte forma:

a. **Provisoriamente:** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

b. **Definitivamente:** após a verificação da qualidade, quantidade e funcionamento dos produtos/serviços e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório.

8.2. O aceite/aprovação do(s) produto(s) não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **CONTRATANTE** as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90;

8.3. Caso o objeto entregue seja considerado insatisfatório após as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal desta Administração;

8.4. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, a contratada incorrerá em atraso na entrega, e se sujeitará à aplicação de penalidades;

8.5. Os custos de substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1. O suporte técnico (garantia) do software contratado coincidirá com a sua vigência, tendo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de execução do serviço.

9.2. Os Serviços de atualizações e suporte técnico devem corresponder ao padrão de atendimento de cada solução, devendo no mínimo corresponder à 8x5 horas por dia, durante 5 (cinco) dias por semana.



9.3. O prazo de garantia da licença será contado a partir do início da prestação do serviço, devendo o prazo de garantia ser de, no mínimo, durante todo o período de vigência do objeto

9.4. O contratado deverá fornecer a licença em perfeitas condições de uso e de acesso.

9.5. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso e de acesso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

9.6. A garantia abrange a realização da manutenção pelo próprio contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.7. A empresa contratada deverá fornecer suporte técnico para ativação das licenças adquiridas, bem como para o atendimento de chamados técnicos para resolução de problemas relacionados ao funcionamento das licenças durante o período de vigência do contrato.

9.8. Se a licença apresentar vício ou defeito de acesso no período de vigência da garantia deverá ser substituída por outra nova, sem ônus ao contratante.

9.9. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da licença, que apresentar vício ou defeito, contados a partir da data de retirada do Software das dependências da Câmara Municipal de Cuiabá pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

9.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação pelo setor demandante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica a Câmara Municipal de Cuiabá autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição da licença, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.11. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, substituição e manutenção da licença, no caso de apresentar(em) imperfeição(ões) em seu uso, correrão por conta do contratado, não cabendo à Câmara Municipal de Cuiabá quaisquer ônus.

9.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO

10.1. Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$ (valor por extenso)**, referente à prestação do serviço;

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em **PARCELA ÚNICA**, conforme estabelecido no Termo de Referência, de acordo com a disponibilidade de recursos, podendo ser efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal, considerando, também, a data do recebimento pelo **FISCAL DO CONTRATO**;

11.1.1. O pagamento somente será efetuado após a comprovação formal da ativação das licenças e respectivo ateste pelo fiscal do contrato.

11.2. O pagamento será efetuado **exclusivamente** em conta corrente em nome da contratada, não sendo permitida a cobrança via boleto bancário;

11.3. Para a realização do pagamento, a contratada deverá apresentar ao **FISCAL DO CONTRATO** da Câmara Municipal de Cuiabá-MT, na rua Barão de Melgaço, s/n – Centro, a nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados ou aos produtos efetivamente entregues, devidamente acompanhada dos documentos que comprove sua regularidade fiscal;

11.4. Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar as seguintes certidões negativas ou positivas com efeito de negativa:

- a)** Certidão negativa – ou positiva com efeitos de negativa – de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** Certidão de regularidade com o FGTS;
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d)** Prova de Regularidade para com a fazenda Estadual/Distrital domicílio ou sede da Contratada mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão e
- e)** Prova de Regularidade para com a fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da Contratada, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

11.5. Maiores detalhes acerca do pagamento encontram-se no Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Durante a vigência do Contrato, os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pela Administração;

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- 12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7.** Quando da solicitação de reajuste de preços, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:
- 12.8.** Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- 12.9.** As particularidades do contrato em vigência;
- 12.10.** As novas normas coletivas das categorias profissionais abrangidas;
- 12.11.** A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- 12.12.** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- 12.13.** A disponibilidade orçamentária da Câmara.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1.** O presente contrato será fiscalizado pelo **FISCAL DO CONTRATO** que será designado pela Secretaria Gestão Administrativa da Câmara Municipal de Cuiabá.
- 13.2.** A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização por meio de servidor(es) devidamente designado(s) através de Portaria, o qual será responsável por fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, e, para tanto, verificará a qualidade e especificação do produto entregue, emitindo relatório ou outros meios de documentação.
- 13.4.** A Fiscalização e aceitação do objeto do contrato ficarão sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato designado pela Secretaria Gestão Administrativa da Câmara Municipal de Cuiabá – MT, que comunicará aos setores competentes as possíveis irregularidades ocorridas, durante o prazo de vigência do contrato.
- 13.5.** Caberá ao Fiscal, além das obrigações que perfazem na legislação vigente (Lei 14.133/2021), atestar as notas fiscais, devendo conferir previamente se os valores e descrição do bem estão corretos e se os impostos correspondentes à avença estão devidamente discriminados, encaminhando-as diretamente ao setor competente da **Contratante**, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



14.1.1. Executar fielmente o objeto do contrato, dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que o serviço prestado mantenha toda as especificações técnicas e qualidade exigidas, cumprindo todas as especificações, estabelecidas na proposta decorrente da contratação;

14.1.2. Entregar os itens do objeto deste Termo de Referência no prazo previamente estabelecido neste termo de referência;

14.1.3. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;

14.1.4. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

14.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

14.1.6. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Câmara Municipal de Cuiabá;

14.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao a Câmara Municipal de Cuiabá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.1.8. Caso o bem substituído apresente defeito de fabricação, deve ser substituído por original (novo) igual ou superior, sem ônus para a Câmara Municipal de Cuiabá.

14.1.9. Utilizar melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços e o atendimento às especificações contidas no termo de referência, edital e contrato;

14.1.10. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato ou fiscal do contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.1.11. Reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto;

14.1.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do Contratante, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas, em até 1 (um) dia útil, salvo quando implicarem indagações de caráter estritamente técnico, hipótese em que estes poderão ser respondidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

14.1.13. Indicar preposto e cuidar para que este mantenha permanente contato com o gestor do contrato e adote as providências requeridas, além de comandar, coordenar e controlar a execução do objeto, inclusive os seus profissionais;



14.1.14. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridos;

14.1.15. Garantir a execução do objeto sem interrupção, mantendo equipe dimensionada adequadamente para a regular execução, substituindo ou contratando profissionais sem ônus para o Contratante;

14.1.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros;

14.1.17. Substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo gestor do contrato;

14.1.18. Manter seus profissionais nas dependências do Contratante adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível;

14.1.19. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado nas dependências do Contratante, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, entre outros mecanismos de identificação pertinentes;

14.1.20. Apresentar ao gestor ou ao fiscal do contrato nota fiscal contendo a discriminação exata dos bens e serviços contratados (prazos de execução, quantidades e valores contratados), junto com a relação de incidentes;

14.1.21. Indicar formalmente, no ato da assinatura do contrato, nomes e contatos dos representantes ou prepostos que serão os responsáveis pelas comunicações com o Contratante;

14.1.22. A Contratada comprometer-se-á a manter sigilo acerca das informações obtidas e geradas no decorrer do contrato, mediante assinatura do Termo de Compromisso com a Segurança da Informação.

14.1.23. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.1.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.1.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);



14.1.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.1.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

15.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Casa para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - **Multa**:

- 1. **Moratória** de 1% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 2. **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 17.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 17.1, de 20% a 25% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 17.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 17.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.



17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#) para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

1. **Advertência;**

2. **Multa;**

3. **Impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Cuiabá; e**

4. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3. Indenizações e multas.

18.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS RETIFICAÇÕES



19.1. Toda e qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no presente contrato será feita através de Termo Aditivo e reger-se-á pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nas demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

21.2. O presente Contrato terá seu extrato publicado na Gazeta Municipal de Cuiabá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

22.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

22.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

22.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



22.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

22.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

22.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

22.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

22.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

22.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A Câmara Municipal de Cuiabá aceitará os termos do edital, uma vez que implantados de acordo com as especificações, normas e demais condições estabelecidas neste instrumento contratual.

23.1.2. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressiva autorização da Câmara Municipal de Cuiabá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Cuiabá/Estado de Mato Grosso para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente contrato, com renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrando o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor em forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CUIABÁ, <DIA> DE <MÊS> DE 2026.

CONTRATANTE:

VEREADORA PAULA CALIL
Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá



CONTRATADA:

NOME
Representante empresa

TESTEMUNHAS:

1º: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2º _____
RG: _____
CPF/MF: _____